

Governo lança 128 medidas de ajuste desde 86

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

Em 29 meses, desde janeiro de 1986 — às vésperas do Plano Cruzado — o governo lançou mão de 128 importantes medidas na área financeira, buscando o ajuste do mercado às novas condições da economia. Segue abaixo um sintético apanhado das decisões. A maioria delas aprovada pelo Conselho Monetário Nacional:

Janeiro/86

• **PAZO DE TÍTULOS** — Prazo de emissão dos certificados de depósito bancário (CDB) e letras de câmbio cai de 180 para 90 dias.

• **CONTA-MOVIMENTO** — Termina a conta movimento que permitia ao Banco do Brasil sacar automaticamente no Banco Central para fazer frente às operações do Tesouro.

• **REFORMA AGRÁRIA** — É criado o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, com prazo de oito anos, três de carência e juros de 3% ao ano mais 35% da correção monetária.

• **INVESTIMENTO RURAL** — BNDES é autorizado a operar com crédito de investimento rural com empresas cooperativas, com juros de 8 a 12% ao ano mais correção monetária.

• **DIVIDA SETOR PÚBLICO** — Setor público é autorizado a renovar o principal da dívida vencida no ano junto às instituições financeiras.

Fevereiro/86

• **FINANCIAMENTO** — Reduzido o prazo de financiamento à aquisição de bens de consumo e crédito pessoal de 180 para 120 dias. Na prática, apenas os automóveis eram financiados em até 180 dias. Outros bens poderiam ser financiados em até 360 dias.

• **CAPITAL DE GIRO** — Financeiras, como compensação, são autorizadas a aplicar 40% dos aceites cambiais em capital de giro junto a empresas.

• **LEASING** — Fica proibido o leasing para pessoas físicas.

• **CHEQUE** — Cheque especial tem seu prazo reduzido também para 120 dias e valor máximo é estabelecido em 100 OTN (na época era ainda as ORTN).

• **LIMITE DE CRÉDITO** — Bancos só podem emprestar 5% sobre o valor de todas as operações para as pessoas físicas. Não são consideradas para este efeito as operações rurais ou agroindustriais.

• **CARTÃO DE CRÉDITO** — Aumenta de 10% para 40% o pagamento mensal sobre saldo devedor dos cartões de crédito. Naquela época, 90% dos negócios ou das faturas eram liquidadas de uma só vez no dia 10 após as compras.

Março/86

• **PLANO CRUZADO** — a reunião referida o Plano Cruzado anunciado no dia 28 de fevereiro.

• **CAPTACAO** — é criado o mercado interbancário.

• **SEGURO DE CRÉDITO** — é criado um seguro para as aplicações em certificados de depósito bancário.

• **PAZO DE TÍTULOS** — prazo mínimo de emissão dos títulos privados cai novamente, de noventa para sessenta dias.

• **POUPANCA** — o rendimento das cadernetas de poupança passa de um para três meses.

• **CAMBIO** — a taxa será administrada pelo BC. Valor da moeda fica fixado inicialmente em CZ\$ 13,77 para compra com CZ\$ 13,84 para venda.

• **JUROS** — o custo do dinheiro fica sinalizado para 15% ao ano. A correção monetária deixa de existir, porque a inflação tornou-se zero.

• **ORTN** — a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional perde o Reajustável, que vai embora com a correção monetária, e transforma-se em OTN. Seu valor é congelado em CZ\$ 106,40 até 1º de março de 1987.

• **MOEDA** — muda o padrão monetário, cruzeiro vira cruzado.

Abril/86

• **TARIFAS BANCARIAS** — São congeladas as tarifas bancárias. Cheque devolvido, CZ\$ 25; cheque suspenso por contradição, CZ\$ 10,00; lançamento em conta corrente de pessoa jurídica, CZ\$ 2,30; cheque de viagem, 0,20%; valor base CZ\$ 2,90; ordem de pagamento, 0,20%; valor base CZ\$ 10,00, máximo de CZ\$ 100,00. Cobrança de títulos, CZ\$ 20,00; protesto, CZ\$ 15,00; extrato da posição, CZ\$ 20,00; cartão magnético, CZ\$ 95,00; transações e consultas em terminais eletrônicos, CZ\$ 4,00; ficha cadastral de pessoa física CZ\$ 40,00 e pessoa jurídica CZ\$ 200; contratação de operações ativas, CZ\$ 70,00; recebimento de carnês, CZ\$ 5,00; pagamento ou recebimento de salário CZ\$ 5,00.

• **FUNDOS DE AÇÕES** — Para aliviar a administração dos fundos mútuos de ações, corta-se de 70 para 50% o limite mínimo de aplicação em ações. Objetivo: desviar parte dos recursos das ações para outros ativos.

Maio/86

• **LETRA DO BANCO CENTRAL** — Criado o novo título que serve de lastro para aplicações "overnight" com possível emissão por prazo de um ano.

• **EMPRESTIMOS EM DOLAR** — Ampliado de 90 para 360 dias o prazo dos repasses pela Resolução 63 no mercado interno. Objetivo: tentativa de alongar prazo das operações.

• **DEPÓSITOS EM DOLAR** — Restrição aos saques dos depósitos feitos por empresas do setor público (estados, municípios e estatais).

• **CRÉDITO CANCELADO** — Bancos estaduais têm a posição de crédito congelada em 30 de abril de 1986. Novas operações para governo ou estatais podem ser feitas apenas com o retorno das aplicações anteriores. Objetivo: proteger instituições no período eleitoral para governadores.

Junho/86

• **NOVO TÍTULO PÚBLICO** — Criada a Letra do Tesouro Nacional Flutuante (LTNF). Uma nova tentativa de alongar prazo de contratos financeiros mediante ajustes de juros em determinados prazos. A iniciativa parte do governo, mas é estendida aos papéis privados.

• **FUNDOS DE PENSÃO** — Proibidos de conceder crédito pessoal aos participantes de seus planos. Objetivo: contenção do crédito pessoal que triplicou em quatro meses.

• **CARTÃO DE CRÉDITO** — Proibida a compra de gasolina e álcool com cartão de crédito em postos e revendedores.

Setembro/86

• **TRIBUTAÇÃO NO MERCADO** — redução do Imposto de Renda (IR) para aplicações financeiras. Curto prazo (a partir de 1º de outubro) 60% para prazo de zero a 28 dias; 50% de 29 a 42 dias; 45% de 43 a 56 dias; e 40% sobre o ganho de capital para prazo acima de 56 dias.

• **IMPOSTO DE TÍTULOS PRIVADOS** — 15% para papéis nominativos e 25% ao portador.

• **OURO** — Banco Central é autorizado a operar no mercado do ouro como regulador de preço.

• **POUPANCA** — aprovada a poupança rural, que

não deve fazer concorrência à poupança verde do Banco do Brasil.

Outubro/86

• **DEPÓSITO PARA EXPORTADORES** — empresas podem depositar cruzados referenciados em dólar assim que fecham o câmbio. Depósito sem limite no BC que remunera a taxa interbancária de Londres (Libor). Mais correção cambial. Objetivo: proteção contra oscilações da taxa de câmbio.

• **MOEDAS** — bancos podem fazer arbitragem de moedas no mercado interno e externo para os exportadores se protegerem contra risco de câmbio.

• **DEPÓSITO PARA IMPORTADORES** — alterada Resolução 432 de forma a permitir aos importadores ou tomadores de financiamento para importação que depositem recursos junto ao BC. Remuneração: Libor ou taxa do próprio financiamento.

• **MICROEMPRESAS** — operações dentro do programa de assistência creditícia à microempresa sob orientação da Caixa Econômica Federal passam a ter limite de 1.127,8 OTN ou até 20% do faturamento bruto anual ou receita da empresa. Juro é fixado em 2,6% ao mês para o Centro-Sul e 2,4% nas demais regiões.

• **MULTAS BANCARIAS** — bancos são autorizados a cobrar multa por atraso de devedores indisciplinados.

• **CAPITAL ESTRANGEIRO** — saem as regras do Fundo Brasil.

Novembro/86

• **IMPOSTO NO MERCADO** — IR passa a incidir sobre juro real. Juro real é o que varia acima da Letra do Banco Central (ou "overnight"). A partir de 1º de dezembro aplicações com mais de 56 dias pagam alíquota de 35% para títulos nominativos e 40% ao portador. Recolhimento no final da operação.

• **POUPANCA** — pessoas jurídicas podem voltar a depositar.

• **AGRICULTURA** — regulamentado o Fundo de Desenvolvimento Rural para assegurar fonte de recursos permanentes e estáveis às atividades rurais.

• **CAMBIO** — iniciada correção da moeda.

• **FINANCIAMENTO** — governo incentiva liquidação de contratos de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação.

Janeiro/87

• **IMPOSTO DA LBC** — rendimento com aplicações em Letra do Banco Central será levado para balanço, pessoa física continua isenta.

• **IMPOSTO DE TÍTULOS PRIVADOS** — Imposto de Renda passa para 35% na fonte sobre títulos nominativos e para 45% ao portador.

• **RENDIMENTO REAL** — títulos prefixados têm rendimento real definido em 20% da taxa nominal e sobre este percentual recai o IR.

• **CURTO PRAZO** — operações de curto prazo reduzidas para até 28 dias e Imposto de Renda cai de 60 para 40%.

• **POUPANCA** — rendimentos para pessoas físicas voltam a ser mensais. Pessoa jurídica permanece em escala trimestral.

• **CORREÇÃO ALTERNATIVA DA POUPANCA** — de dezembro de 1986 a fevereiro de 1987, saldos das cadernetas de poupança terão correção pela variação da LBC ou INPC, o que for maior. Objetivo: permitir que o aplicador se familiarize com a LBC.

Março/87

• **FINANCIAMENTO PESSOA FÍSICA** — Prazo sobre de quatro para seis meses podendo chegar a nove para contratos pós-fixados.

• **CADERNETA PECU-LIO** — Regulamentada com prazo de um ano e re-

muneração de 0,5% ao mês mais a correção monetária. O valor depositado pode ser abatido da declaração do Imposto de Renda até o limite de CZ\$ 150 mil.

• **LETRA HIPOTECÁRIA** — Agentes financeiros do SFH podem emitir letras com lastro em contratos de financiamento de imóveis.

• **FUNDOS DE AÇÕES** — Liberados de aplicações em renda fixa.

• **LINHA ESPECIAL DE CRÉDITO** — Criada para micro e pequenas empresas com prazo de 90 dias e custo de 1,5% de juros fixos no período mais a variação da LBC. Bancos serão refinanciados junto ao BC pagando apenas o equivalente à LBC e o limite do valor do empréstimo é de 20% do compulsório.

• **TARIFAS BANCARIAS** — Derrubada a cobrança de tarifas sobre talões de cheque, ordem de crédito, abertura de cadastro e operações de abertura de crédito.

• **SIDERBRAS** — BC autorizado a converter créditos destinados à Siderbrás e suas subsidiárias em participação acionária. Objetivo: sanear o grupo.

Abril/87

• **TABELADO O "SPREAD" BANCÁRIO** — margem de lucro dos bancos tabelada em 4 pontos para os grandes bancos e 5 pontos percentuais para as instituições pequenas e médias, nas operações de capital de giro, desconto de duplicatas e linhas especiais.

• **SOCORRO PARA MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS** — criada linha especial de crédito para empresas com faturamento bruto anual de até 436,5 mil OTN no valor de CZ\$ 8,5 bilhões. Objetivo: refinanciar dívidas contraídas durante o Plano Cruzado. Condições de pagamento: nos primeiros seis meses pagamentos mensais de 7% sobre o valor total da dívida. Nos trinta meses seguintes o custo será de 0,5% ao mês mais a variação da LBC.

• **SOCORRO AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS** — criada linha especial para estados e municípios fazerem antecipação de receita a custo mais baixo. Sem limite preestabelecido, a linha é operada pelo Banco do Brasil e demais instituições. Custo: juros de 12% ao ano mais a LBC.

• **SOCORRO AOS AGRICULTORES** — operações de mini e pequenos agricultores contratadas entre maio de 1986 e fevereiro de 1987 com saldo devedor abaixo de CZ\$ 200 mil permanecem com juros nominais de 10% até junho. Após este prazo os contratos sofrem a correção monetária mais juros de 3 ou 6%.

• **AGRICULTORES** com saldo devedor acima de CZ\$ 200 mil pagarão 50% da correção monetária de março a junho de 1987. São dispensados de correção monetária os contratos de crédito para investimento feitos entre março de 1986 e fevereiro de 1987. Os bancos que cobraram correção devem devolver o dinheiro.

• **SOCORRO AOS BANCOS** — criadas linhas especiais de financiamento para bancos comerciais e de investimento, que podem sacar, isoladamente, recursos equivalentes a 20% do saldo dos depósitos a prazo. Condições: saque por 35 dias e juros de 16% ao ano mais a variação da LBC. Total de dinheiro disponível: CZ\$ 39,8 bilhões.

• **SOCORRO AOS EXPORTADORES** — criada linha especial de financiamento às exportações. Dinheiro vem de depósitos em moeda estrangeira feitos no BC pela Resolução nº 4.131 — financiamento direto de empresas com empresas ou bancos internacionais — recursos das operações 63 e depósito voluntário dos exportadores junto ao BC. Prazo: 120 dias. Custo: Libor mais correção cambial e um pequeno "spread". Na prática a operação será venda futura de dólares.

• **SOCORRO A CONSTRUÇÃO** — governo libera CZ\$ 37 bilhões com direcionamento para reativação da construção civil. Objetivo: construir casas populares.

• **PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS** — liberados CZ\$ 15 bilhões às empresas de material de construção a juros de 1,5% ao trimestre mais a correção monetária.

• **SAFRA ASSEGURADA** — liberados CZ\$ 72 bilhões para a compra da safra agrícola.

Maio/87

• **SOCORRO AOS ESTADOS** — governo aprova plano de saneamento das finanças dos governos estaduais que envolve US\$ 3,5 bilhões. Objetivo: rolagem integral dos encargos da dívida externa (US\$ 1 bilhão entre juros e amortizações) e rolagem de 100% do principal da dívida interna mais cerca de 50% dos juros devidos também internamente.

• **ROLAGEM DA DIVIDA EM TÍTULOS** — estados também ficam autorizados a fazer a rolagem integral da dívida mobiliária. Permissão para remover a inadimplência dos estados junto aos organismos de crédito oficiais.

Junho/87

• **SOCORRO PARA MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS** — aprovada linha de CZ\$ 60 bilhões. Metade dos recursos sai do orçamento monetário — com a colocação de títulos em mercado ou emissão de moeda — e outra metade de 4% do recolhimento compulsório dos bancos sob depósitos a vista e também 4% sobre depósitos a prazo. Condições: prazo de 36 meses. Nos primeiros seis meses será pago apenas 3% do principal, ao mês. Nesse período incidirá subsídio na base de 45% da variação da LBC para regiões Norte e Nordeste e de 55% da LBC para as demais regiões. Custo será capitalizado em 30 meses restantes com juro de 0,5% ao mês e LBC plena.

• **BANCO DO BRASIL TAMBÉM AJUDA** — BB reabre linha para micros, pequenas e médias com base na Resolução nº 695 do BC. Volume de recursos: CZ\$ 3,8 bilhões. Condições: prazo de um ano e juros de 3% ao ano mais correção.

• **RETENÇÃO DE LUCRO DOS BANCOS** — 75% do lucro obtido pelo sistema bancário fica retido para capitalizar os bancos e a capacidade operacional do sistema.

• **PLANO BRESSER** — anunciado no dia 12 de junho.

• **TABLA DE DEFLAÇÃO** — como ocorreu no Plano Cruzado, o Plano Bresser introduziu a tabla de deflação do cruzado. Valor: 15% sobre todos os contratos fechados até 15 de junho.

• **SOCORRO PARA O RIO GRANDE DO SUL** — aprovado empréstimo junto ao Rio Grande do Sul. Banco do Brasil é autorizado a buscar junto às linhas de curto prazo no exterior volume de US\$ 109,8 milhões para financiar a longo prazo dívida de US\$ 59,8 milhões que o governo gaúcho tem com o próprio BB e para a capitalização da Companhia Estadual de Energia Elétrica, no valor de US\$ 50 milhões.

• **SOCORRO AOS BANCOS ESTADUAIS** — BB é autorizado a comprar em caráter emergencial certificados de depósito bancário (CDB) emitidos pelo Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Badesul) e pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDES).

• **DINHEIRO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS** — Alagoas é contemplado com antecipação de receita pelo Banco do Brasil de CZ\$ 700 milhões. Santa Catarina é autorizado a emitir títulos no volume de CZ\$ 1,2 bilhão além do endividamento.

• **SOCORRO AOS ESTADOS** — Presidência da República envia ao Con-

gresso projeto de lei envolvendo CZ\$ 82 bilhões para saneamento das finanças dos estados.

• **CONGRESSO REVE SOCORRO AOS ESTADOS** — deputados aprovam com restrições o projeto de lei da Presidência mas uma mudança do texto original resultou numa importante emenda: todas as operações e autorizações previstas na lei dependerão sempre, em qualquer caso, da aprovação prévia do Congresso.

Julho/87

• **FUNDOS DE AÇÕES** — suspensão obrigatória de aplicação de 25% em títulos federais. Os fundos poderão aplicar 100% do patrimônio em ações.

• **COMPULSORIO DOS BANCOS** — apuração da média do recolhimento compulsório sobre os depósitos a vista levará em conta a taxa do "overnight".

• **INSTITUCIONAIS** — muda a carteira dos investidores institucionais. Fica ampliado de 7 para 17% a variação máxima permitida para aplicação em empréstimos a beneficiários.

• **DINHEIRO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS** — aprovado aumento no limite de endividamento do Estado do Rio Grande do Sul e alguns municípios.

Agosto/87

• **COMPULSORIO DOS BANCOS** — liquidez preocupa governo e BC aumenta compulsório dos bancos em 15%. Na média, os bancos recolherão à autoridade monetária cerca de 43,7% dos depósitos a vista. Antes a média era de 38%.

• **ALAVANCAGEM** — reduzida de duas para 1,5 vez o patrimônio líquido das instituições a possibilidade de manutenção de certificados de depósito bancário (CDB) em carteira com compromisso de recompra.

• **TÍTULOS ESTADUAIS** — as obrigações de tesouros estaduais ficam isentas de Imposto de Renda de curto prazo até 0,5% o patrimônio líquido das instituições, tanto para negócios com pessoas físicas quanto jurídicas.

• **FUNDOS** — cai de 40 para 20% a fatia do patrimônio que os fundos de curto prazo devem aplicar em títulos privados. Em contrapartida, cresce de 60 para 80% as aplicações em Letras do Banco Central.

• **VOLUNTARIO DA POUPANCA** — cai de 8 para 7% ao ano a remuneração dos depósitos voluntários das empresas de crédito imobiliário junto ao BC.

• **DINHEIRO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS** — aprovado empréstimo ao Rio Grande do Sul e prefeituras do Nordeste.

• **CRÉDITO RURAL** — regulamentada linha de crédito do Banco Mundial para o Polonoroeste.

Setembro/87

• **MUDA O INDEXADOR** — a indexação de ativos financeiros passa de LBC e volta para o OTN.

• **TRIBUTAÇÃO NO MERCADO** — operações de curto prazo recolhem 10% de IR para lastro em renda fixa. OTE perdem isenção fiscal de 0,5% do patrimônio das instituições carregadoras. Aplicações de 29 a 59 dias, nominativas, recolhem IR de 40%; de 60 a 89 dias, 35%; de 90 a 179 dias, 30%; e acima de 180 dias, 25%. Aplicações ao portador alíquota única de 50%. Objetivo: estimular alongamento de prazo e beneficiar quem não se importa com identificação na Receita Federal.

• **FUNDOS** — curto prazo, ou ao portador, tem carteira alterada: 20% do patrimônio deve ser aplicado em títulos privados, mas apenas com compromisso de recompra ("overnight"). Com isto rentabilidade acaba sendo taxada indiretamente em 10%.

• **REFINANCIAMENTO DE DIVIDAS** — criada linha de refinanciamento de dívida do setor açúcar e álcool para com os bancos. As instituições precisam comprar OTN do governo

para obter os recursos e bancar o refinanciamento.

• **REDESCONTO DE LIQUIDEZ** — linha passa a ser indexada pela LBC e não OTN. Custo é de 18% ao ano. Objetivo: auxiliar as instituições em dificuldades na captação de recursos e induzir o mercado a trabalhar com um teto de juros de 18%.

• **DINHEIRO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS** — ampliado limite de endividamento de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e vários municípios.

Outubro/87

• **FINANCIAMENTO PESSOA FÍSICA** — prazo aumenta de seis para nove meses para a aquisição de bens de consumo, exceto compra de automóveis.

• **LIMITE MAIOR PARA FINANCIAR** — aumenta o limite de financiamento nos bancos comerciais e financeiras, para operações com pessoas físicas, tanto para compra de bens de consumo quanto para crédito pessoal.

• **COMPULSORIO DOS BANCOS** — acaba o recolhimento compulsório dos bancos sobre depósitos a prazo.

• **LEASING** — empresas podem receber depósitos interbancários, o que antes era prerrogativa exclusiva dos bancos.

• **CRÉDITO RURAL** — aprovadas medidas de emergência aos cafeicultores que tiveram a safra 1986/87 prejudicada pela estiagem no Espírito Santo e Nordeste.

• **DINHEIRO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS** — aumenta o limite de endividamento do Rio de Janeiro e Campinas.

Novembro/87

• **CAPITAL ESTRANGEIRO** — Aprovado programa de conversão de dívida em capital de risco no País. Definido sistema de leilões.

• **SOCORRO AS GRANDES EMPRESAS** — Bancos podem substituir 10% dos depósitos recolhidos ao Banco Central compulsoriamente por OTN rendendo juros de 6% ao ano. Condição para essa operação: destinar três vezes o volume convertido em OTN em aplicações em debêntures das empresas que estão com dificuldade em rolar suas dívidas. Prazo: entre trinta meses e cinco anos. Objetivo: socorrer especialmente empresas fornecedoras a estatais que estavam com créditos a receber atrasados há muitos meses.

• **POUPANCA** — Banco da Amazônia (BASA), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) são autorizados a captar depósitos de poupança.

• **DINHEIRO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS** — Maior endividamento para o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul. Trinta e três prefeituras têm direito a crédito.

Dezembro/87

• **BANCOS ESTADUAIS** — aprovado plano de refinanciamento para nove bancos sob intervenção do BC. Governos obtêm linhas de crédito por quinze anos junto ao Banco do Brasil, com dezoito meses de carência, para rolar dívida dos bancos junto ao BC. Custo da linha: menor taxa de rentabilidade dos títulos públicos federais.

• **EMISSÃO DE TÍTULOS** — para quitarem essa dívida junto ao BC os governos estaduais podem emitir títulos da dívida pública.

• **CARTÃO DE CRÉDITO** — reduzido de 40 para 20% o pagamento sobre o saldo devedor.

• **LEASING** — empresas podem voltar a financiar pessoas físicas.

• **OURO** — bancos, distribuidoras e corretoras podem abrir pontos de compra nos garimpos.

• **INTERBANCÁRIO** — operações podem ser indexadas à variação da OTN fiscal, além da OTN cheia e da LBC.

• **DINHEIRO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS** — aumenta limite de endividamento para Rio Grande do Sul, Acre, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul, Pará, Alagoas, Bahia e Amazonas. vinte prefeituras podem contratar empréstimos novos.

Janeiro/88

• **CONVERSÃO DA DIVIDA** — Processo de conversão é desvinculado do projeto de securitização da dívida que prevê lançamento de bônus de longo prazo. Permitindo que dívida a vencer de estatais seja transformada em investimento para ampliação de projetos.

• **SOCORRO AS GRANDES EMPRESAS** — Mudança na regra anterior. Agora linha de financiamento pode ser concedida mediante emissão de debêntures simples e não apenas em debêntures conversíveis em ações. Além dos bancos comerciais, também os de investimento e financeiras podem participar destas operações.

• **SOCORRO AO CRÉDITO IMOBILIÁRIO** — Definidas duas formas de financiamento de liquidez: recursos tomados por até 90 dias podem chegar ao limite de 25% do montante depositado no BC como encalxe obrigatório. Empréstimos por seis meses terão custo de 9% ao ano; de sete a dez meses de 10%.

Março/88

• **BANCOS ESTADUAIS** — medidas para diminuir as exigências do programa de recuperação financeira de catorze bancos estaduais signatários do Programa de Recuperação Financeira.

• **OPEN** — Caixa Econômica Federal (CEF) recebe autorização para operar no mercado aberto.

• **LEASING** — empresas nacionais podem operar com estrangeiras.

• **DINHEIRO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS** — liberados empréstimos para 22 prefeituras.

Abril/88

• **COMPULSORIO DOS BANCOS** — menor flexibilidade para bancos movimentarem compulsório sobre depósitos a vista.

• **OPEN** — Banco da Amazônia recebe autorização para operar no mercado aberto.

• **BB/AÇOMINAS** — Banco do Brasil autorizado a converter créditos que tem a receber da Açominas em participação acionária com venda futura das ações ao Tesouro Nacional, até 1997.

• **AGRICULTURA** — apoio creditício aos produtores rurais do Sul atingidos pela estiagem.

• **DINHEIRO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS** — aumento no limite de endividamento do Rio de Janeiro.

Maio/88

• **VOLUNTARIO DA POUPANCA** — extinto depósito voluntário das empresas de crédito imobiliário junto ao BC, que tinha remuneração de 6,3% ao ano mais OTN.

• **IMPORTAÇÕES** — aumenta franquia de importações de US\$ 100 mil para US\$ 150 mil por ano.

• **DINHEIRO PARA O SETOR PÚBLICO** — Caixa Econômica Federal fica autorizada a ultrapassar em 59 milhões de OTN seu limite de empréstimo sob justificativa de repassar recursos às companhias estaduais de saneamento básico em conjuntos habitacionais de baixa renda.

• **DINHEIRO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS** — liberadas nove contratações de empréstimo para estados e prefeituras.